

Assembleia Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

Ata número doze

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada no dia trinta de dezembro de dois mil e quinze

Luís Simão Almeida
João Paulo Cardoso da Graça Amaral Gouveia
Susana Silva

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, e em cumprimento da convocatória emanada nos termos do disposto no número um do artigo vigésimo sétimo e na alínea b) do número um, do artigo trigésimo, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo do Município, em Sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor Luís Manuel Simão Almeida, coadjuvado pelo Senhor João Paulo Cardoso da Graça Amaral Gouveia e pelo Senhor António Óscar Dias Amaral Sampaio, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários.-----

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais:- António José Borges Prata, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Filipe Manuel Avelino Rebelo, João António Pêgo Zeferino, Maria de Lourdes Vieira Lobão Lourenço, Marcelino António Rosa Piçarra, Hermínio José Costa Albino, Luís Manuel Ramos Saraiva, Fernando Manuel Sérgio Jesus, Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha, João Maria Diogo Sequeira, Artur Paulo Ricardo Primo, Luís Miguel Pires Marinho, Carlos Manuel Marques Videira, Vítor Manuel Almeida Gomes, Mauro dos Santos Amado Frade, Olímpio Filipe Martins Pedro, Jorge Miguel Graça Lourenço, Joaquim António Rebelo Santos, Armando António Amado Pereira Caramelo e Vítor Salvador Soares Lemos.-----

Faltaram à Sessão os seguintes Deputados Municipais:-----

Celina Marisa Sôto Cardoso (CDS/PP);-----

A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente e pelo Senhor Vereador Paulo Jorge de Lemos Amaral.-----

Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes.-----

Às nove horas e quarenta e três minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a Sessão.-----

-----PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Senhor Presidente** colocou à disposição do público este período a ele destinado, tendo constado não haver nenhuma inscrição.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA ONZE-----

O **Senhor Presidente** pôs à discussão a ata da sessão anterior com dispensa da sua leitura, em virtude de ter sido previamente distribuído o texto a todos os Deputados.---

De seguida o **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número dez tendo a Assembleia deliberado **aprová-la por unanimidade** com votos a favor de PS; PSD; CDS/PP; PPM; quatro (4) Deputados Municipais IND;-----

M. Silva
Suzana Silva

Não participaram na votação os Senhores Deputados Municipais Hermínio José Costa Albino (CDS/PP), Luís Manuel Ramos Saraiva (CDS/PP) e Cláudio Jorge Heitor Rebelo (PS) por não terem estado presentes na sessão anterior.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente informou que iriam passar às intervenções dos Senhores Deputados.-----

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP), no uso da palavra, cumprimentou os presentes. Iniciou a sua intervenção desejando um bom ano de dois mil e dezasseis a todos e espera que todos tenham tido boas festas natalícias.-----

Endereçou condolências ao Senhor Presidente da Câmara pelo falecimento da sua sogra.-----

Disse que apesar de não ter estado presente na última sessão da Assembleia Municipal, mas após uma leitura atenta da ata e uma vez que o seu nome foi referido várias vezes, não pode deixar de tecer algumas considerações.-----

Aludiu à intervenção do Senhor Deputado Municipal João Zeferino, com a qual concorda, quando mencionou que a ata, deve transcrever exatamente o que ali é dito.- Na sua opinião isso deve ser feito relativamente a todos os intervenientes, especialmente no caso das respostas dadas pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

Agradeceu a defesa que o seu companheiro de bancada, o Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus Ihe fez, relativamente à expressão de que teria faltado por medo de estar ali.-----

Quis sossegar todos os presentes naquela Assembleia, enfatizando que em termos de presenças em Assembleias já lá vão vinte anos, dizendo em jeito de graça, que como podem ver está mesmo cheio de medo de ir a uma Assembleia, pelo que não é o medo que o faz faltar a uma Assembleia Municipal.-----

Contou que já falou com a pessoa em causa, elucidando que o que se passou não foi um incidente como é referido na ata, mas sim um episódio, foi isso que aconteceu.-----

Dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente dizendo-lhe, que têm conhecimento de que tem participado em jantares com os Senhores Presidentes de Junta. Pediu-lhe para dizer àquela Assembleia qual a finalidade dos jantares e que verba é que o Executivo vai investir nas juntas de freguesia até ao final do mandato.-----

Disse que também têm conhecimento de que ficaram por concluir projetos referentes à pavimentação e melhoramento dos caminhos rurais. Perguntou se os Senhores Presidentes de Junta, também têm chamado a atenção para essa falha.-----

Declarou que a bancada do CDS/PP está muito preocupada com a educação, já que em cada ano que passa há menos alunos na nossa escola.-----

Intuiu que a resposta que o Senhor Vice-Presidente Ihe irá dar, é de que este ano até aumentou o número de alunos, salientando que sabem bem que uma coisa é o que está no papel, outra coisa são os alunos que estão efetivamente a frequentar a escola.-----

Perguntou em que situação é que se encontram os apoios à escola, nomeadamente se tem havido transferências de verbas e em que montantes.-----

Alves
Guerra
Silva

Expôs que continuam a assistir à fuga de alunos para outros concelhos, o que revela a atratividade que esses concelhos têm face à Mêda. Interrogou se não há o risco de que também a escola, à semelhança de outros serviços, fechar. Referiu que face ao exposto, perguntava ao Senhor Vice-Presidente o que é que já foi feito para contrariar este êxodo.-----

Pediu ao Senhor Vice-Presidente para, de uma vez por todas, lhe explicar, o que é que se passa com os lugares que são criados através de comissão em outros organismos e onde a Câmara é parceira. Perguntou se esses lugares são apenas destinados a pessoas oriundas do PS e do PSD, ou simpatizantes desses partidos. Assumiu que, certamente o Senhor Vice-Presidente conhecerá os nomes tão bem quanto eles.-----

Declarou que seja como for, o Executivo está a criar ilusões às pessoas, esclarecendo que são cargos com duração de apenas dois ou três anos. Na opinião do CDS/PP esses lugares não têm futuro, indagou como é que é feita a seleção dessas pessoas e quais são os critérios para ocuparem esses cargos.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus (CDS/PP) saudou os presentes, iniciou a sua intervenção colocando uma questão sobre a ponte do Aveloso. Perguntou porque é que havendo uma proposta, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso, para apelidar a ponte, com o nome da tão famosa personagem do Aveloso, Albano Beirão, qual foi o motivo para a ponte não ter recebido esse nome.-----

Gostaria também de saber, porque é que o nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso, o qual foi a pessoa que mais lutou, durante todos estes anos para que a ponte fosse uma realidade, não consta da placa de inauguração.-----

Um outro assunto que também gostaria de abordar, era o novo logotipo criado pela Câmara Municipal de Mêda. Parece-lhe bem feito, até porque demonstra bastante dinâmica e tem as cores da cidade.-----

Lamentou que o acento de circunflexo da palavra “Mêda” tenha desaparecido. Explicou que nem com o novo acordo ortográfico, isso poderia acontecer. Elucidou que “Mêda” é um nome e o acento de circunflexo que tem, é um acento dinâmico. Pediu que fosse feita a correção, porque é extremamente importante.-----

O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) disse querer colocar uma série de questões acerca das ações judiciais que estão a decorrer e as quais gostaria de ver esclarecidas.-----

A primeira questão refere-se ao processo 83/15.9, que está a correr em Vila Nova de Foz- Coa, interrogando porque é que foi demandado o Município de Mêda.-----

Uma outra questão tem a ver com um processo que corre na Comarca da Guarda, na Seção Cível e Criminal, J1, em que o autor é o Senhor Manuel Fernandes Soares, depois está o Município de Mêda e como réu a Companhia de Seguros Tranquilidade. Gostaria de saber qual é o papel do Município nesse processo.-----

Sugeriu, que a partir de agora, os Serviços façam uma sinopse das petições iniciais, das contestações ou dos pedidos de indemnização, a fim de completar a informação que lhes é dada.-----

Alves
Três
Susana
Silva

A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) no uso da palavra cumprimentou os presentes e apresentou as suas condolências ao Senhor Presidente da Câmara.-----

Disse estar contente, por finalmente, estar presente naquela Assembleia, dizendo em jeito de graça que demorou mas à terceira foi de vez. Fez referência à convocatória, dizendo que é mencionado o artigo trigésimo do Regimento da Assembleia Municipal, mas esqueceram-se do número três e quatro do artigo trigésimo terceiro. Revelou que todos os Concelhos já fizeram esta reunião em novembro, não percebendo porque é que Município de Mêda está realizar esta sessão apenas em dezembro e no último dia.- Rememorou, que foi por ela e por um outro Senhor Deputado Municipal, referido em sessão da Assembleia Municipal que a Senhora Vereadora da Câmara de Cantanhede não foi muito bem recebida aquando das comemorações do Feriado Municipal no ano passado, questionando se foi por esse motivo que este ano não esteve presente.-----

Falou depois sobre o logótipo. Disse que apesar de já estar a ser utilizado, foi-lhes apresentado, apenas, no dia do feriado municipal. Expressou não ter nada contra o arquiteto que o criou, mas leu no jornal "O Interior", referindo num à parte que também lhes foi oferecido, naquele dia, pelo Senhor Presidente, mas que todos pagamos e continuou dizendo que nessa entrevista é mencionado como é que a Câmara Municipal do Fundão fez para alterar o logótipo, partilhando que foi através de concurso público.- Lamentou que a Câmara não tenha feito um concurso público como a Câmara Municipal do Fundão, porque apareceriam mais pessoas, logo mais ideias, afirmando que assim deu menos trabalho.-----

Expôs que já mostrou o logótipo a algumas pessoas e apesar das cores lá estarem presentes, tal como ela não conseguem identificá-lo com o Concelho.-----

Pediu ao Senhor Vice-Presidente para que mande retirar o logótipo criado pelo anterior Executivo, porque há vários espaços públicos onde ainda está presente.-----

Acrescentou que na revista municipal, que também lhes foi entregue no feriado municipal, tem na capa, tal como já foi referido pelo Senhor Deputado Fernando Jesus, "Mêda" escrita de duas maneiras, com acento e sem acento circunflexo.-----

Lembrou a época festiva que estavam a atravessar, dizendo que não é só o Largo do Município e meia Avenida que necessitam de luzinhas e enfeites de Natal. Sugeriu que iluminassem menos as pedras do morro do castelo e iluminassem toda a Avenida e as rotundas. -----

Acrescentou que não fazia mal a ninguém, darem um pouco mais de luz à Mêda e aos Medenses.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) no uso da palavra cumprimentou os presentes. Apresentou, em nome da bancada do PSD, as condolências ao Senhor Presidente da Câmara pelo falecimento da sua sogra.-----

Começou por dizer, que também ele trazia para discussão o tema da revista. Disse ter estado presente, tal como alguns dos Senhores Deputados que ali estavam, na sessão solene do onze de novembro, onde lhes foi apresentado o logótipo. Contou que ouviu o Senhor arquiteto explicar e muito bem a razão de ser das cores do logótipo, porém ao

Alves
Três
Buscina
21/12/15

sair da sessão foi-lhe entregue uma revista, onde para além de faltar o acento de circunflexo na palavra “Mêda”, as cores do logótipo foram completamente alteradas.---

Frisou que aquilo é algo, que não se pode, nem se deve fazer, explicando que ao alterar as cores do logótipo, sem terem arranjado cores alternativas, estão a alterar o logótipo.- Saudou a criação daquele logótipo, indagando para que é que foi criado, porque continuam a receber os documentos da Assembleia com o logótipo antigo e cada secção tem o seu próprio símbolo.-----

Relativamente à revista lembrou, que sempre que se elabora aquele tipo de documentos, os mesmos devem ter uma ficha técnica, coisa que aquela não tem.-----

Alertou também para o facto de a palavra “Mêda” surgir na capa da revista sem acento de circunflexo.-----

Recordou, que há cerca de dois anos atrás, foram colocadas umas argolas no mercado municipal com o objetivo de evitar que os feirantes colocassem espigas, porém as argolas não estão a ser utilizadas e as espigas colocadas pelos feirantes estão a partir a praça toda. Questionou se a Câmara já pensou em repensar aquele espaço.-----

Lembrou que há cerca de três meses atrás, questionou o Senhor Presidente da Câmara, para quando seria a apresentação do tão esperado Plano de Desenvolvimento Estratégico do Concelho, ao que o Senhor Presidente lhe respondeu, na altura, que seria apresentado antes do final do ano. Como amanhã é o dia trinta e um de dezembro, gostaria de saber para que final de ano é que está agendada essa apresentação, interrogando porque é que não está novamente em discussão.-----

A terminar falou sobre o tribunal. Disse que muito lhe apraz ouvir as declarações do Senhor Presidente, quando refere que irá exigir à Senhora Ministra da Justiça a reabertura do tribunal da Mêda, pelo que, gostaria de saber se já tem alguma audiência marcada.-----

O Senhor Deputado Municipal António Prata (PS) cumprimentou os presentes, disse que na última sessão da Assembleia Municipal, por uma questão de integridade, quis deixar claro que tinha sido alvo de uma acusação vil, caluniosa e anónima. Entende que não deve fazer juízos de valor e tão pouco os teve intenção de os fazer na altura. Transmitiu que por uma questão de ética e de princípios pretende reafirmar que não acusa particularmente ninguém ali presente, até porque não tem dados que o permitam. Registou, que não há dúvida nenhuma, que no último ano tem sido alvo de tentativas vis, de falta de carater, de atentado à sua dignidade, de atentado despudorado à sua pessoa e à integridade da sua família.-----

Pediu desculpa se ofendeu alguém ao referir ou insinuar que tinha sido alguém presente naquela Assembleia, ressaltando que não foi essa a sua intenção. Partilhou que já fez questão, de também o mencionar em reunião de Executivo.-----

Reiterou que não lhe é possível afirmar que tenha sido A, B ou C, embora tenha a sua opinião formada sobre quem terá sido, os moldes e os porquês de o ter feito.-----

Finalizou propondo que seja aprovado um voto de pesar pelo falecimento da sogra do Senhor Presidente da Câmara, a qual também é mãe de uma funcionária da Autarquia.-

O Senhor Deputado Municipal João Sequeira (CDS/PP) Presidenta da Junta de

Lucinda Saldanha

*Lucinda
Silva*

Freguesia do Aveloso, no uso da palavra cumprimentou os presentes. Iniciou a sua intervenção apresentando os pêsames ao Senhor Presidente da Câmara pelo falecimento da sua sogra.-----

Alertou o Executivo, para o facto de os contadores que foram colocados, acerca de dois anos atrás, na sede da junta de freguesia e na casa do povo, estarem exatamente como lá foram colocados, ou seja, os buracos que foram feitos para os colocar continuam por arranjar.-----

Informou que as paredes na estrada Aveloso-Prova estão em decadência.-----

Pensava que não teria que voltar a falar sobre ponte do Aveloso, mas, uma vez que voltou a ser referida naquela Assembleia, disse que até ao momento ainda não compreendeu qual foi o motivo da troca das placas, frisou que até à presente data ainda não lhe foi dada qualquer explicação.-----

Por último falou no problema dos esgotos, informando a Câmara de que continuam a correr para a ribeira.-----

O Senhor Deputado Municipal Pedro Lourenço (PS) no uso da palavra cumprimentou os presentes, congratulou o Executivo pela realização do 2º Festival Económico da Cidade de Mêda. Acha que foi um festival muito bem organizado, teve muitos expositores, pelo que na sua opinião o Executivo está a ir pelo bom caminho.-----

Congratulou novamente o Executivo, por ao fim de vinte anos ou mais, a ponte do Aveloso estar finalmente pronta e ter sido inaugurada.-----

Congratulou ainda o Executivo pelo logótipo. Contou que o Senhor arquiteto, na sessão solene das comemorações do feriado municipal, explicou o porquê das cores que compõem o logótipo, isto é, o logótipo representa o trigo, e o trigo é o símbolo do Concelho e as cores representam o nascimento e o crescimento do trigo.-----

Congratulou também o Executivo pela decoração natalícia do Concelho e da Sede do Concelho. Acha que está muito bonita.-----

Prosseguiu dizendo, que uma vez que a Senhora Ministra da Justiça, mostrou abertura para discutir a reabertura dos tribunais, esta será uma boa altura para o Executivo a pressionar.-----

Contou que muitas vezes é abordado por Municípes que se queixam que os passeios da avenida, designadamente da zona do Santo António até ao liceu, estão degradados. ---
Explicou que as árvores estão a rebentar os passeios todos.-----

Lamentou que o Executivo, no dia nove de dezembro, não tenha comemorado o dia de elevação de Mêda a cidade, frisando que nem o hastear da bandeira foi feito.-----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) saudou os presentes, aludiu à intervenção da Senhora Deputada Lucinda Saldanha quando levantou a questão da alteração da data da Assembleia Municipal, informando de que foi marcada, inicialmente, uma sessão da Assembleia Municipal, para o dia dezoito de dezembro, mas também ele gostaria de saber o motivo da alteração para o dia trinta, até porque se tivesse sido dia dezoito, desejava a todos um bom natal, assim vai ter que desejar um bom ano novo, com muita saúde e felicidades para todos.-----

Informou que ontem assistiu a um espetáculo, que o comoveu. Comoveu-se porque viu

Aluísio
Mêda
Susana
Silva

a Casa da Cultura cheia, como há muitos anos não via. Estiveram presentes muitas famílias, não só da Mêda, mas também do Concelho, que se deslocaram para assistir a um belíssimo espetáculo cultural. Disse que o espetáculo foi realizado por crianças e jovens, que fazem parte do Centro de Formação Musical de Mêda.-----
Lamentou o facto de muita gente considerar a cultura uma coisa sem importância, mas para ele a cultura é a expressão de um povo, é a arte de transformar a natureza e por isso congratulou-se pela excelente encenação feita também pela Universidade Sénior.-
Asseverou que não é preciso viver numa grande cidade para assistir a momentos de cultura de excelência como ontem à noite assistiu.-----
Congratulou-se por ver, que foi dada resposta, a uma reivindicação sua feita há uns meses atrás, sobre a sinalética. Lembrou, que também há já algum tempo, reivindicou a necessidade da criação, no centro da cidade, de um lugar para pessoas com mobilidade reduzida, lamentando que até hoje ainda nada tenha sido feito, pelo que reiterou o pedido.-----
Partilhou que esteve presente na última Assembleia Intermunicipal, que se realizou em Trancoso e ficou sem perceber o motivo do encerramento da loja de Salamanca, pelo que gostaria de saber o porquê desse encerramento.-----
Nessa sua intervenção referiu ainda outros aspetos, nomeadamente a questão das SCUTS. Referiu que já falou com o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, onde foi pedida a isenção das portagens em algumas antigas SCUTS, que eram portajadas.-----
Disse ainda que na intervenção que fez, pediu a este novo Governo para não esquecer o Interior, como foi esquecido durante quatro anos.-----
Acrescentou que nessa Assembleia Intermunicipal, foi também apresentada uma Moção, a qual intui que já deve ter chegado ao Município, onde era feito um pedido para pugnar novamente por uma região de turismo da Serra da Estrela. Ressalvou que nós estamos na periferia, somos periféricos enquanto Serra da Estrela e somos periféricos enquanto Douro. Por isso e mesmo estando na periferia, é importante que a Mêda aproveite tudo o que há para aproveitar.-----
Pediu ao Senhor Presidente que, apesar de não estar presente, não se deixe influenciar pelos outros Presidentes de Câmara, que estão virados para a Serra da Estrela e não nós esqueçamos daquilo que também é importante, ou tão mais importante que é o Douro.-
Informou, relativamente à escola e de acordo com os dados oficiais de que dispõem, ao fim de muitos anos, doze ou catorze anos, este ano letivo a escola, tem mais alunos do que tinha no ano anterior. Sublinhou que não é regorismo, mas também não podem dizer que está tudo bem, até porque não está. Intuiu que aquele aumento, talvez se deva ao facto de haver mais alunos de Penedono a vir para a Mêda.-----
Transmitiu que o que é importante é aumentar e manter, mas para isso tem que haver mais ofertas. -----
Falou sobre a revista, até porque lhe diz respeito, uma vez que, e de certa forma foi o mentor dela. Sobre as cores escolhidas disse ser apenas uma questão de estética da página. Quanto ao acento de circunflexo, partilhou que a sua Professora da primária lhe

Handwritten signature: Susana Silva

ensinou que “Mêda” se podia escrever das duas maneiras, ou seja, com acento de e sem acento de circunflexo. Sublinhou que foi assim que lhe ensinaram, e é assim que a maioria das pessoas da Mêda escreve.-----

Lembrou que uma revista feita há quatro anos, também não tinha ficha técnica. Esclareceu, que aquela revista é uma revista caseira, tendo sido feita por eles. Assumiu que tem erros e ainda bem que os Senhores Deputados os alertaram para esses erros, assim já não farão parte da próxima.-----

Relativamente ao Tribunal disse ter conhecimento de que já estão marcadas audiências, com o objetivo de inverter o que de tão mau lhes fizeram durante quatro anos.-----

O Senhor Deputado Municipal João António Zeferino (PSD) cumprimentou os presentes, disse querer trazer ali, àquela Assembleia, um assunto já batido e rebatido e voltado a bater, que é a ponte do Aveloso.-----

Contou que o Senhor João Sequeira foi Presidente de Junta, entre os anos de mil novecentos e oitenta e cinco e mil novecentos e oitenta e nove e já nessa altura se debatia pela ponte. Recordou que em dois mil e um e devido à tragédia da ponte de Entre-Os-Rios voltou à carga. Congratulou-se por este Executivo, finalmente ter dado cabimento à obra.-----

Lamentou o facto de um Senhor, que esteve ali como Presidente de Câmara, durante vinte e quatro anos, se venha regozijar de uma obra que deveria ter feito há muitos anos.-----

Relativamente à Feira de Atividades desenvolvida este ano, disse ter conhecimento de que houve um produtor de vinhos, ao qual não foi atribuído um espaço para expor os seus produtos, pelo que teve que se deslocar para o Concelho vizinho, onde foi convidado.-----

Congratulou-se com a possível reabertura do Tribunal, desejando que o mesmo acontecesse com o SAP do Centro de Saúde, isto é, que estivesse aberto vinte e quatro horas.-----

Disse ainda querer abordar um outro assunto. Explicou que quando levantou a questão do Senhor Deputado Hermínio, ninguém feriu a pessoa em causa, referindo que da sua parte não teceu qualquer tipo de consideração, tendo-se limitado a pedir à Mesa que fossem vertidas em ata as afirmações que considerou gravosas.-----

Seguidamente enviou as condolências ao Senhor Presidente da Câmara pelo falecimento da sua sogra.-----

Finalizou dizendo que todos os que ali estão presentes têm que começar a repensar tudo aquilo, porque são da Mêda, querem o melhor para a Mêda, uns na oposição, outros no poder. Mas só se consegue exercer bem o poder quando a oposição consegue ser melhor que o poder.-----

O Senhor Vice-Presidente no uso da palavra saudou os presentes. Começou por responder ao Senhor Deputado Fernando Jesus, que estão a proceder à marcação de uma nova data para fazerem o batismo da ponte do Aveloso.-----

Lamentou o facto, de o nome do Senhor João Sequeira, não constar da placa de inauguração, afirmando que não fez parte do processo de inauguração, pelo que de

Luís Saraiva

Luís Saraiva

momento não lhe poderia responder àquela questão. -----

Relativamente ao acento de circunflexo, no novo logótipo, revelou que estudou na Mêda e sempre escreveu "Mêda" sem acento de circunflexo. Na sua opinião pode ser escrito das duas formas. Sugeriu aos Senhores Deputados para consultarem, agora, o *site* do Município, onde já poderão constatar que "Mêda" já tem acento de circunflexo, pelo que essa questão já se encontra retificada.-----

Ao Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva, respondeu que o processo 160/13, refere-se a um acidente de trabalho. Quanto ao outro processo, espera dar uma resposta ao Senhor Deputado, até ao final da sessão.-----

Sobre as questões colocadas pelo Senhor Deputado Hermínio, respondeu, que é uma opção deste Executivo, reunir mensalmente, com os Presidentes de Junta para um jantar. Aprofundou, que é uma forma de ouvirem as pretensões dos Senhores Presidentes de Junta.-----

Relativamente aos caminhos, que ficaram por pavimentar, disse que alguns poderão ser resolvidos, outros nem por isso.-----

Sobre a educação disse, ser um assunto que tem tido muita atenção por parte do Senhor Presidente da Câmara. Transmitiu, que tal como, já anteriormente foi dito pelo Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo, o número de alunos revela que aumentou face aos anos anteriores. Disse que aquilo, se deve a algum trabalho, que tem sido desenvolvido por parte da Câmara, designadamente a disponibilização de transporte para ir buscar alunos a Penedono.-----

Quando ao CLDS explicou, que são programas onde a Câmara é parceira. Os critérios de seleção são feitos por uma Comissão que compõem a CLDS. Aprofundou que a seleção dos colaboradores, não é feita por concurso público, mas sim por nomeação, sendo que o contrato terá a duração de três anos.-----

Disse ter tomado nota da sugestão da Senhora Deputada Lucinda Saldanha, sobre a iluminação de Natal. Frisou que não foi só o Largo da Câmara que foi iluminado, também o Largo de Santo António e metade da Avenida tiveram iluminação natalícia.-----

Explicou ao Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo que relativamente às cores do logótipo, existe um manual de normas gráficas, onde constam três tipos de logótipos, nomeadamente, logótipo a cores; logótipo a preto e branco e logótipo a cinza. Portanto o logótipo a branco está de acordo com o regulamento de normas gráficas.-----

Sobre a uniformização da utilização do logótipo, admitiu que o mesmo, ainda não está a ser utilizado na plenitude, mas estão a fazer tudo para resolverem essa situação.-----

Relativamente à falta de ficha técnica na revista, garantiu, que na próxima edição, esse lapso já estará ultrapassado.-----

Disse que o mercado municipal é realmente uma preocupação. Informou que estão a pensar reutilizar, ou passar a utilizar o espaço por detrás da Nave de Exposições para colocar os feirantes.-----

Quanto ao Plano Estratégico admitiu terem dito que seria apresentado até ao final do ano, mas assumiu que era do conhecimento dos presentes na Assembleia Municipal, de que o Plano Estratégico encontra-se pendente da aprovação da CIM. Esclareceu que há

*Aluis
Silva*

Dimitri
Silva

medidas que estão incluídas no Plano Estratégico, as quais têm que estar em linha com o Plano estratégico da CIM. Informou que foi aprovado o Plano Estratégico da CIM e está a ser ultimado o Plano Estratégico do Concelho para breve.-----

Confirmou que já têm agendada, para breve, uma audiência com a Senhora Ministra da justiça, sublinhando que estão com muita esperança na reabertura do Tribunal.-----

Dirigiu-se ao Senhor Deputado Municipal João Sequeira, dizendo que lamenta a situação dos contadores. Disse estarem a fazer um esforço, para que todos os contadores, que foram colocados, fiquem tapados.-----

Informou que vai ser lançado já em janeiro um procedimento, com o objetivo de resolver a situação da parede, na estrada que liga o Aveloso à Prova.-----

Quanto aos esgotos, revelou, que estão a pressionar as Águas do Zêzere e Coa para que a situação seja resolvida.-----

Ao Senhor Deputado Municipal Pedro Lourenço disse relativamente aos passeios da Avenida, tomou nota, explicando que não são apenas os passeios da Avenida que estão naquele estado, mas sim todos os passeios que têm com calcário, aprofundou que a geadas arreventa com o calcário. As árvores são outro problema, estão a ficar grandes e acabam por estragar completamente os passeios. Disse ser uma questão que está a ser repensada.-----

Explicou aos Senhores Deputados, que a alteração da data da sessão da Assembleia Municipal, deveu-se a um pedido da feito por parte da Câmara e que tem a ver com uma proposta que irá ser votada mais à frente, que é a legalização de atividades económicas. Sobre os estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, disse já estarem a fazer um levantamento para distribuírem lugares.-----

Ao Senhor Deputado Municipal António Zeferino disse não ter conhecimento, de que no Festival Económico, tenha sido recusada a presença a algum produtor de vinho.-----

Finalizou, dizendo que, relativamente à abertura do SAP, durante a noite, fica o alerta. Disse ser uma questão que também os preocupa, pelo que irão trabalhar nesse sentido.-----

O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) no uso da palavra para um pedido de esclarecimento. Expôs que relativamente à reabertura do Tribunal, o que está projetado, e o CDS/PP têm conhecimento disso através da Ordem dos Advogados, é que todos os tribunais que fecharam taxativamente, irão ficar com um funcionário e serão os juizes da comarca a deslocarem-se à comarca. -----

Disse não ter como afirmar aquilo perentoriamente, garantindo que é assim que está programado.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, pediu ao Senhor Vice-Presidente para lhe fazer chegar o manual de normas gráficas, uma vez que esteve presente na apresentação do logótipo e não se apercebeu disso.-----

O Senhor Vice-Presidente respondeu ao Senhor Deputado Luís Saraiva que admite que seja isso que esteja programado, mas, para isso é que têm a reunião marcada com a Senhora Ministra da Justiça.-----

Ao Senhor Deputado Filipe Rebelo respondeu, que depois lhe faria chegar o manual de

normas gráficas.-----

O Senhor Presidente disse que o Senhor Vice-Presidente tinha acabado de explicar o motivo pelo qual tinha sido alterada a data da sessão da Assembleia, mas queria abordar um outro assunto. A forma como as atas devem ser redigidas tem sido um assunto que tem sido focado frequentemente, explicando que as atas devem informar e esclarecer o que se passa nas sessões da Assembleia, mas de forma resumida. Passou a ler o artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, que diz o seguinte: *“De cada sessão ou reunião é lavrada uma ata, a qual contém o resumo do que do essencial nela se tenha passado, indicando designadamente a data, o local (...)”*. Esclareceu que ao ser elaborada a ata, procuram transcrever o máximo, mas a ata não tem que verter tudo o que se passou.-----

O Senhor Deputado Municipal João António Zeferino (PSD) disse não estar contra a Lei e a única questão que levantou e que sempre levantou, foi que quando há incidentes com determinada gravidade, os mesmos sejam vertidos em ata.-----

O Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra (PSD) no uso da palavra cumprimentou os presentes e pegando nas palavras que o Senhor Presidente da Mesa acabará de proferir, disse que não se pode colocar tudo na ata, mas pior que isso é por o que não se disse.-----

Afiçou que não disse que o Senhor Deputado Hermínio tinha medo, asseverando que o Senhor Deputado Fernando Jesus é que referiu que o Senhor Deputado Municipal Hermínio faltou por motivos profissionais ou outros, não medo. Continuou esclarecendo que até respondeu lá de trás, em tom de voz baixo, para não se tornar incorreto, porque estava no uso da palavra o Senhor Deputado Fernando Jesus: *“medo nunca”*. Prosseguiu explicando, que depois, no uso da palavra referiu o seguinte: *“assistir lhe á a ele”*, ele Professor Hermínio *“dizer o motivo ou não”*.-----

Assumiu que todos se recordavam das suas palavras quando referiu que *“ninguém tem que ter medo de vir aqui, porque ninguém mete medo a ninguém, nem a Assembleia é um local próprio para meter medo”*.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus (CDS/PP) e uma vez que falaram no seu nome, disse que leu a ata com atenção e não lhe parece, que esteja lá, em sítio algum, que o Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra tenha proferido a palavra medo, asseverando que também ele não o mencionou.-----

Recordou, que na ata também não está escrito que havia sido por ele mencionado que o Senhor Deputado Marcelino Piçarra, disse que o Senhor Deputado Hermínio Albino, tinha medo. Frisou que a ata está muito clara acerca disso.-----

Reiterou que nunca disse que foi o Senhor Deputado Marcelino Piçarra que o disse, nem a ata o verte.-----

O Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra (PSD) dirigindo-se ao Senhor Deputado Fernando Jesus, questionou se não está em ata, chamando a atenção do Senhor Deputado para a página três e passou a ler *“(...) O Senhor Deputado Fernando Jesus, solicitou que fique exarado na ata a intervenção do Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra, quando referiu que o Senhor Deputado Hermínio faltou hoje porque*

tinha medo (...)”. Então está ou não está indagou.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente seguidamente declarou aberto o Período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos:---

PONTO 1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c), do n.º2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à lei n.º75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO 2 – Apreciação e aprovação da Proposta N.º 63/2015 – Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2016-2019 e Orçamento, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO 3 - Apreciação e aprovação da Proposta N.º 59/2015 – Mapa de Pessoal, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO 4 – Para Conhecimento o Relatório de Contas do 1º Semestre de 2015;-----

PONTO 5 – Apreciação e aprovação da Proposta N.º 71/2015 – Regulamento de Taxas, preços e Outras Receitas do Município de Mêda e respetivo anexo – Tabela de Taxas, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO 6 – Apreciação e aprovação da Proposta n.º 73/2015 – Regulamento de Utilização e Funcionamento do Estádio Municipal de Mêda;-----

PONTO 7 – Apreciação e aprovação da Proposta n.º 72/2015 – Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Mêda, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO 8 – Apreciação e aprovação da Proposta n.º 74/2015 - Regime extraordinário da regularização de atividades económicas (RERAE) – Reconhecimento de Interesse Público Municipal, referente aos seguintes pedidos:-----

Artur Vasques, Lda. - Sucata, freguesia de Meda, Outeiro de Gatos e Fontelonga, desconformidade com o n.º 3 do art.º 35º do PDM;-----

Fernando José Martins Pereira - Sucata, freguesia de Aveloso, desconformidade, o terreno encontra-se na totalidade na REN e encontra-se em espaço rural (espaço de vegetação natural) e a construção existente é superior a 1500 m2;-----

Maria Lucinda Todo Bom Damião Cardoso - Adega, freguesia do Poço do Canto, a construção está em desconformidade com o alvará de loteamento n.º 3/2002;-----

Vinilourenço, Lda - Adega, freguesia do Poço do Canto, a construção está em desconformidade com o artigo 32º do PDM;-----

José Francisco Costa Caria - Exploração Agropecuária, freguesia do Poço do Canto, desconformidade: a construção encontra-se em REN;-----

Olimpio Filipe Martins Pedro - Exploração Agropecuária, freguesia da Barreira, desconformidade: a construção encontra-se em Zona Especial de Proteção (ZEP) da Rede Natura 2000;-----

Handwritten signature: José Manuel Pimentel
Handwritten text: Susana Silva

José Manuel Pimentel - Exploração Agropecuária, freguesia de Ranhados, desconformidade: a construção encontra-se em espaço rural (espaço Agrícola II – que integram áreas da RAN);-----

Adérito António Santos Marques - Exploração Agropecuária, freguesia do Rabaçal, desconformidade: a construção encontra-se em REN e está em desconformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 35º do PDM;-----

PONTO 9 – Apreciação e aprovação da Proposta n.º 66/2015 – Extinção da Associação “Castelos da Raia – Associação Cultural de Municípios”, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 25º Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ao abrigo da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

(O documento foi previamente distribuído aos Senhores Deputados) -----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) saudou o Senhor Deputado Cláudio Rebelo por ter informado aquela Assembleia sobre o que se passa nas reuniões da Assembleia Intermunicipal, sugerindo que essa informação deveria constar da informação do Senhor Presidente da Câmara.-----

Outro assunto que gostaria de ver nas Informações do Senhor Presidente da Câmara, era o retorno do investimento que a Câmara faz, nas Associações.-----

A Bancada do PSD gostaria de ter conhecimento do que é debatido nessas Associações e quais são os resultados.-----

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) começou por falar sobre o Festival Económico, questionando qual foi, efetivamente, o valor gasto no evento. Disse ter ouvido falar nuns sessenta mil euros, mas após um estudo cuidadoso da documentação, acha que dá mais de cem mil euros. -----

Constatou-lhes que quando o atual Presidente da Câmara era Vereador, apelidava a EXPO-MÊDA de despesista e terminaram com o evento. Aprofundou que agora e uma vez que têm um pavilhão, já não necessitam de uma tenda, logo, terá que ser menos despesista.- Recordou que também existia a Feira da Caça, da Floresta e dos Produtos Regionais, a qual se pagava praticamente a si própria, revelando que a Associação que a promovia, realiza atualmente montarias, onde são abatidos cerca de cinquenta javalis, portanto tem uma importância relevante para o Concelho. Acrescentou que essa mesma Associação, aquando das montarias, promove almoços com quatrocentas pessoas, sendo mais de oitenta por cento de fora e com elevado poder de compra. Mas, por má vontade daquele Executivo, não há qualquer apoio por parte da Autarquia.-----
Sublinhou, que o mesmo se passa com a Apromêda, a qual detêm o livro genealógico da raça ovina mondegueira, salientando que era um livro bastante desejado por Concelhos limítrofes.-----

Dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente pediu-lhe, para não o deixar pensar, que não há apoio para aquelas entidades, porque são dirigidas pelo futuro Presidente da Câmara, o Senhor Vereador António César Figueiredo ou porque têm nos órgãos sociais o Senhor Vereador António Lopes. Será por isso Senhor Vice-Presidente, indagou.-----

Por fim, falou na assinatura do protocolo com as Associações de Caça Espanholas e Portuguesas. Transmitiu que o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Presidente apadrinharam o evento, participaram num jantar com quarenta pessoas, incluindo um Senhor Secretário de Estado. Declarou que a Câmara pagou vinte e cinco jantares, indagando se o Senhor Vice-Presidente sabe, se nesses vinte e cinco jantares foram pagos ou estavam incluídos os dos membros do Executivo ou se foi a Associação de Caça e Pesca que os pagou.-----

Compreende, que dado o endividamento da Câmara, se comece já a poupar em jantares, mas naquele caso parece-lhe um pouco descabido.-----

Questionou se presentearam os participantes nesse jantar e com o quê.-----

Disse ter conhecimento de que a Associação deu-lhes vinho e azeite, bens da nossa terra para que possam ser apreciados e comprados no futuro.-----

Por fim e dado que no documento nada é referido sobre os locais, questionou o Senhor Vice-Presidente sobre duas verbas gastas em pavimentação. Disse estar a falar de uma verba de sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e seis euros e noventa e cinco cêntimos, Brígida e Dinis, Lda; dez mil trezentos e noventa e sete euros, Gualdim Anciães Amado e Filhos, Lda.-----

O Senhor Vice-Presidente disse ter tomado nota da sugestão do Senhor Deputado Filipe Rebelo. Concorda que deverão começar a fornecer através da Informação do Senhor Presidente da Câmara, o que se passa nas reuniões da CIM e noutras Associações.-----

Ao Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino respondeu que o Festival Económico de Mêda custou cem mil euros. Disse desconhecer onde é que o Senhor Deputado foi buscar aqueles valores. Afiançou que o valor já com IVA, não chegou aos sessenta mil euros.-----

Transmitiu que, relativamente à Feira da Caça, a Câmara continua a apoiar, tal como sempre apoiou.-----

Sobre os jantares explicou que foi um evento promovido pela Associação Portuguesa de Matilhas de Caça Maior.-----

Lembrou que o Senhor Vereador António César, em reunião de Câmara, solicitou a colaboração da Câmara, tendo dito, na altura, que não teria quaisquer custos para a mesma, seria apenas a receção no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

Prosseguiu, dizendo, que posteriormente, houve uma reunião com o Presidente da Associação Portuguesa de Matilhas de Caça Maior, o qual solicitou apoio financeiro para a realização do jantar. Inicialmente pensou-se que iriam estar presentes cerca de cinquenta pessoas, pelo que solicitou apoio para vinte e cinco jantares, ao que a Câmara respondeu afirmativamente.-----

Frisou não saber se foi pago o jantar de A, B ou C. Sabe apenas que foram pagos vinte e cinco jantares.-----

Sobre a Apromêda respondeu, que garantidamente, não será por o Senhor Presidente da Associação ser o Senhor Vereador António César, nem o Senhor Vereador António Lopes fazer parte dos órgãos sociais, que não terá apoio.-----

Revelou ser uma questão que está a ser analisada e a seu tempo será dada uma

Alves
Susana Silva

resposta.-----

Quanto à pavimentação disse ter sido uma reparação que foi feita em todo o Concelho. O mesmo se passa com a reparação em betuminosa.-----

Dirigiu-se ao Senhor Deputado Luís Saraiva, dizendo já ter a resposta a uma questão por ele colocada no Período de Antes da Ordem do Dia. Informou ser um processo de responsabilidade civil extracontratual. Esclareceu que tem a ver com um cão que foi abandonado na Freguesia da Coriscada e que provocou danos num automóvel. E por se desconhecer o dono, a Câmara é que assume as responsabilidades.-----

PONTO 2 – APRECIAR E APROVAR A PROPOSTA N.º 63/2015 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2016-2019 E ORÇAMENTO, a qual se anexa à presente ata

como anexo n.º 1 e dela faz parte integrante.-----

O Senhor Vice-Presidente no uso da palavra para apresentar a Proposta, disse que o Senhor Presidente lhe pediu para ler a seguinte explicação sobre o Orçamento.-----

“Este Orçamento no seguimento do definido para o ano de dois mil e quinze. Assenta na responsabilidade e no rigor. Responsabilidade porque implementa uma estratégia assertiva na redução das despesas correntes e na seletividade dos investimentos.-----

Com os compromissos assumidos, mesmo que o serviço seja extremamente difícil; definir prioridades claras e exequíveis de modo a responder eficazmente às necessidades das famílias.-----

Porém, contrariamente ao que alguns possam pensar, ser responsável não é sinónimo de conformismo. Em tempos de dificuldades não há dúvida que se exige do Poder Local serenidade e rigor, mas ao mesmo tempo capacidade de resistência para nos preocuparmos com os problemas sociais, educação, cultura, turismo, redes viárias, património, etc.-----

O equilíbrio orçamental é muito mais do que um mero conceito contabilístico, é um imperativo operacional porque dele depende a prestação de serviços municipais diários e absolutamente essenciais às pessoas.-----

A política autárquica responsável não se compadece com visões populistas, nem demagogias que infelizmente às vezes proliferam.-----

Na elaboração deste Orçamento, a rigorosa gestão dos recursos que ficam disponíveis, pois entre 70% a 80% vão logo para despesas correntes, constitui para nós uma premissa fundamental que é assegurar o pagamento da dívida a médio e longo prazo à banca e a fornecedores.-----

Fazemos questão de pagar em menos de trinta dias e sobretudo garantir a prestação das funções básicas do Município.-----

No que diz respeito à despesa, a prioridade centrou-se na realização de um esforço transversal de contenção que permite gerar as disponibilidades financeiras necessárias a garantir a prestação das funções sociais e consequentemente apoio à população, sobretudo na área da educação e ação social.-----

Comtemplamos também neste Orçamento como prioridade a operacionalização dos programas contratualizados através da CIM, no âmbito do Programa Portugal 2020.-----

-A título de exemplo temos a política das cidades; as ARU’S; apoio ao empreendedorismo

e modernização administrativa; eficiência energética; abandono escolar; património, etc.-----

O Orçamento da despesa para o ano de dois mil e dezasseis corresponde integralmente às Grandes Opções do Plano permitindo identificar as linhas mestras definidas para a atividade autárquica dos próximos quatro anos.-----

Na elaboração do Orçamento foram também ouvidos os Senhores Presidentes de Junta, os quais apresentaram as suas prioridades para a respetiva Freguesia, tendo os mesmos sido contemplados no Orçamento.-----

Ficou também uma verba bastante significativa para a elaboração do orçamento Participativo.”-----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) contou, que infelizmente, não conseguiu abrir o CD e ter acesso aos documentos, pelo que não se iria alongar, falando apenas sobre o que conhece.-----

Congratulou-se porque finalmente vai haver um Orçamento Participativo, não podendo dizer mais do que isto, uma vez que não está munido de informação.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus (CDS) relativamente ao resumo do que acabou de ouvir sobre o orçamento e as Grandes Opções do Plano, disse existirem três situações que lhe chamaram a atenção.-----

Verificou que nas medidas de criação do próprio emprego, a rubrica está aberta com zero euros. Também no combate ao abandono escolar a mesma situação, zero euros, nesse sentido questionou ao Senhor Vice-Presidente se não fará parte das ambições do Executivo dinamizar aqueles dois aspetos.-----

Constatou que Grandes Opções do Plano apresentam um valor que ronda os nove milhões de euros, questionando se aquela situação não irá coincidir com um assunto sobre o qual irão falar um pouco mais à frente, que é a dívida do Município.-----

Finalizou dizendo, que na sua opinião, a Câmara, está num caminho de endividamento constante.-----

O Senhor Deputado Municipal João António Zeferino (PSD) disse que o Orçamento baseia-se na Lei da Economia, sendo definido pelos economistas como uma ciência de escolhas. Partindo dessa premissa, destacou que não há escolha nenhuma, ou melhor, quer-se agradar a tudo e a todos e não se agrada a ninguém.-----

Mostrou-se muito preocupado com uma questão, que foi a bandeira do PS em campanha, a Área de Acolhimento Empresarial. Verificou que para o ano de dois mil e dezasseis, está novamente vertida em Orçamento, a aquisição de terrenos, deduzindo que o problema ainda não está resolvido.-----

Lamentou o facto de o Senhor Presidente da Câmara não estar presente, porque o introito que faz para o Orçamento mais parece de um Provedor e não de um político.---

Acentuou que não sabe se o Orçamento foi feito para a Santa Casa da Misericórdia ou para a Câmara Municipal. Entende que, do ponto de vista político, estão-se a misturar duas questões que não podem ser misturadas.-----

A terminar quis deixar uma nota. Revelou que na cidade, apesar da Câmara ter conhecimento dessas situações, encontra-se por resolver a questão das fossas sépticas.

[Handwritten signature]
Susana
Silva

Transmitiu ser importante resolver essas situações.-----

O Senhor Deputado Municipal João Sequeira (CDS/PP) Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso assumiu que esteve reunido com o Senhor Presidente da Câmara, a fim de alertar o Município das necessidades que têm nas Freguesias, porém verifica que no Orçamento está contemplada a construção de arruamentos no Concelho, mas para a Freguesia do Aveloso e para as outras Freguesias nada. Acrescentou que estão previstos no Orçamento duzentos e trinta e cinco mil euros, mas não sabe onde vão ser gastos.-----

Prosseguiu dizendo que para a construção de caminhos rurais estão orçamentados trezentos mil euros, indagando para que caminho.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) referiu que aquele Orçamento é um Orçamento que permite tudo e pouco ou nada diz. Na sua opinião o Executivo transformou um documento político num documento técnico.-----

Disse estar representado no Executivo na pessoa do Senhor Vereador Paulo Amaral, mas a Bancada do PSD tem liberdade de voto. Sublinhou confiar claramente no seu Vereador, o qual também é Presidente da Comissão Política.-----

Transmitiu que faz fé que as coisas que sempre reivindicaram sejam feitas através das reivindicações do Senhor Vereador.-----

A terminar disse votar a favor daquele documento.-----

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) começou por se referir à leitura que fez da mensagem do Senhor Presidente da Câmara, o qual passou a citar “*é impulsionador do desenvolvimento económico*”, lamentando o facto de praticamente não verem nada disso. -----

Continuou a citar o Senhor Presidente “*a receita assenta nas transferências do Estado, IMI, IMT e IUC*”; “*prevê que esta dependência possa ser atenuada no futuro*”. Disse concordar com aquela última afirmação do Senhor Presidente, frisando que a dependência das transferências do Estado vai certamente diminuir, porque cada vez há menos gente no Concelho a pagar IMI, a pagar IMT e a pagar IUC, sublinhando que isso é mau.-----

Prosseguiu dizendo, que continuam os exagerados gastos com o pessoal, comunicações, trabalhos especializados, encargos das instalações e claro os juros divida, acentuando que aqueles últimos, no valor de cento e cinquenta e seis mil e quinhentos euros.-----

Explanou, que o valor dos juros é quase o mesmo que o valor das transferências para as Freguesias, o que não deixa também de ser curioso.-----

Relativamente às Associações de Municípios, disse que somado dá cinquenta e sete mil e cem euros, almejando ver qual é o retorno que aquele dinheiro tem. -----

Interligações dos edifícios, oitenta mil euros. Gostava, que o Senhor Vice-Presidente, esclarecesse o que é que aquilo significa e o porquê daqueles custos.-----

Concluiu, transmitindo, que mais uma vez, aquele documento, apenas reflete a gestão corrente do Município, sublinhado, que não é nada de novo. Aprofundou que o documento devia ser orientador de uma estratégia de diferenciação e de futuro para a Mêda, frisando que tal não acontece.-----

Handwritten signature and name:
Silva

Revelou que aquelas não seriam as suas propostas, por isso votarão contra.-----

A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) disse que antes de falar no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano, gostaria de fazer referência ao Orçamento Participativo.-----

Partilhou que para ela o ano de dois mil e quinze não foi participativo, uma vez que o calendário, o programa e todo o cronograma, que ali lhes foi entregue no dia vinte e oito de novembro de dois mil e catorze, tinha início logo em fevereiro. Comentou que em fevereiro nada foi feito, lamentando, que estiveram ali para nada, ou melhor estiveram apenas a perder tempo. Disse que aquele Orçamento prevê, uma verba de cinquenta mil euros para o Orçamento Participativo, intuindo que deverá ser já para o ano de dois mil e dezassete.-----

Sobre o Orçamento para o ano de dois mil e dezasseis, disse ter lido com atenção a mensagem do Senhor Presidente, a qual o Senhor Vice-Presidente, acabou, quase textualmente de ler, tendo apenas acrescentado um parágrafo que foi ouvidas as Juntas.-----

Partilhou, que tem por hábito comparar os orçamentos dos anos anteriores com o atual, tendo verificado que os introitos são exatamente iguais. Proclamou que a mensagem de dois mil e quinze do Senhor Presidente da Câmara é exatamente igual, ou melhor, tem menos um parágrafo, que se referia aos projetos que iriam ser desenvolvidos no ano de dois mil e quinze e que este ano foram retirados, designadamente a área de acolhimento; a construção do Museu e algumas estradas e caminhos, que desconhece se foram realmente feitos.-----

Acentuou, que para além, de o texto ser exatamente igual ao ano anterior, até se esqueceram de alterar a data no Orçamento atual, revelando que já tem outubro de dois mil e dezasseis, sublinhando que outubro está escrito com letra maiúscula, tal e qual como vem no de dois mil e catorze. Apontou que em vez de mudarem a data para outubro de dois mil e quinze, que é o presente, ou que foi feita a mensagem do Senhor Presidente, mudou para dois mil e dezasseis. Disse em jeito de graça que o Senhor Presidente já escreveu a mensagem para dois mil e dezassete, a data já está atualizada e as ideias também devem ser as mesmas.-----

Intuiu que foi o Senhor Presidente que escreveu a mensagem, ou mandou escrever, mas é ele o responsável e como Professor de Português adjetiva sempre com a mesma qualidade. De responsabilidade e este continua a ser de responsabilidade. O que não é nada mais do que qualquer pessoa que está à frente, a desempenhar as funções, deve sempre executá-las com responsabilidade.-----

Lembrou que com tanta responsabilidade foi feito o de dois mil e quinze, como vai ser o de dois mil e dezasseis. Chamou a atenção para o facto, de o Orçamento de dois mil e quinze, na ata do Executivo do mês de novembro, já tinha sofrido vinte e sete alterações, realçando ser um Orçamento feito com muita responsabilidade.-----

Acrescentou que até o introito é exatamente igual ao de dois mil e dezasseis, de Albert Einsten, dizendo em jeito de graça que tiveram uma trabalhadeira.-----

Relativamente ao Orçamento, propriamente dito, como já ali foi referido, é baseado

Handwritten signature and name:
Guilherme Silva

principalmente nas transferências do Estado e no IMI.-----

Elucidou que o IMI prevê um aumento de sessenta mil euros em relação ao ano anterior, frisando que deve ser por essa razão que não foi feita qualquer alteração ao IMI, foi para favorecer as famílias com filhos.-----

Expôs que aquele Orçamento tem uma receita corrente de sete milhões duzentos e sessenta e nove mil euros. De capital, um milhão quinhentos e oitenta mil euros, o que quer dizer que é inferior ao de dois mil e quinze em um milhão trezentos e cinquenta e oito mil euros.-----

Em relação à despesa disse, que evidentemente, a maior parte continua a ser com o pessoal, indagando quais foram os eixos estratégicos de crescimento sustentável que estão presentes naquele Orçamento.-----

Revelou que não há projetos novos, nomeadamente para valorizar os produtos endógenos; apoiar o empreendedorismo; incentivar a fixação de empresas; fixação de jovens e desenvolver o turismo. Transmitiu que muitos Concelhos bem perto do nosso já conseguiram alguma coisa, lamentando que o Executivo já está a exercer funções há dois anos e ainda não viram nada de novo, nem se encontra previsto neste Orçamento.-

Recordou, que no feriado municipal, o Senhor Presidente referiu a criação de uma incubadora de empresas. Contou ter andado à lupa a ver se conseguia encontrar alguma verba para a incubadora, porém não conseguiu encontrar nada, sublinhando que deve ser para o ano de dois mil e dezassete.-----

Recusou-se a seguir o discurso de um Concelho do Interior. Disse não haver territórios condenados ao fracasso, lembrando que é necessário acreditar e depois fazer acontecer, trabalhar e inovar com alguma criatividade.-----

Referiu, que estão contemplados, nas Grandes Opções do Plano, trinta mil euros para o Orçamento Participativo, intuindo que deverá ser para implementar, talvez, ainda em dois mil e dezassete. -----

Gostaria de saber como é vai ser dinamizado o tal Orçamento Participativo.-----

Aludiu à intervenção do Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus, quando referiu, que a rubrica para prevenção do abandono escolar, estava a zero euros, esclarecendo que não é bem assim. Explicou que estão previstos nas Grandes Opções do Plano, para a prevenção do abandono escolar, cinquenta mil euros. Porém no resumo, estão zero euros, interrogando de quem é o erro e o porquê daquilo.-----

Revelou que tal como o Executivo, também ela como Professora, está preocupada quanto ao abandono escolar. Gostava de saber o que é que o Executivo pensa fazer relativamente àquele assunto e qual a percentagem de abandono escolar.-----

Expôs que também consta das Grandes Opções do Plano, uma verba de sete mil e quinhentos euros para as I.P.S.S., indagando quais foram contempladas, uma vez, que tem conhecimento de que há I.P.S.S., que durante os dois anos de mandato daquele Executivo, nunca receberam um euro.-----

Acentuou que a Câmara diz-se social, mas para apoio às famílias tem apenas previstos mil euros. Recordou que no anterior Executivo existiu um projeto designado “Mêda Solidária”, o qual tinha como objetivo a recuperação de casas, etc., sublinhando que

Alves
Três

12/12/2015
silva

nunca lhes foi apresentado o resultado daquele projeto. Acrescentou que a solução não é dar o peixe aos carenciados, em vez de os ajudar a pescar. Explicou que, dá-se um peixe a um carenciado e ele tem comida para uns dias, mas se tiver trabalho, que é a pesca, terá comida para toda a vida, enfatizando onde é que está o trabalho na Mêda, onde estão as empresas. -----

Referiu, que para a revisão do PDM estão orçamentados trinta mil euros, interrogando quando foi feita a última revisão. Questionando se será mesmo feita essa revisão do PDM, em dois mil e dezasseis, uma vez que já em dois mil e quinze, o Orçamento previa uma verba para essa mesma revisão. Sugeriu que em vez de ser Plano Diretor Municipal deveria designar-se Plano para o Desenvolvimento Municipal.-----

Sobre a área de acolhimento empresarial recordou, que em dois mil e quinze, estavam orçamentos trezentos e cinquenta mil euros, mas nada foi feito. Para dois mil e dezasseis estão orçamentados apenas cinquenta mil euros, ressaltando que em contrapartida para dois mil e dezassete estão orçamentados quinhentos mil euros.-----

Disse estarem orçamentos sessenta e cinco mil euros, para o aquecimento nas Piscinas Municipais, porém as Piscinas, estão encerradas dois dias por semana. Funcionam apenas às terças, quartas e quintas-feiras com o intuito de poupar energia, realçando que afinal estão a gastar mais. Passaram de sessenta mil euros para sessenta e cinco mil euros, acrescentado que não vale a pena encerrarem.-----

Informou, que para promoção e divulgação do Concelho, está orçamentada uma verba superior a vinte e cinco mil euros. Acha bem que o Executivo a aplique mesmo, porque o Concelho bem precisa de ser divulgado, aprofundando que têm razões suficientes para divulgar o Concelho e torná-lo mais conhecido, com o objetivo de trazer mais gente.-----

Transmitiu que o total das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e dezasseis são oito milhões e novecentos mil euros, mas para o ano de dois mil e dezassete aumenta, onze milhões de euros, indagando porque será, ao que respondeu será que é por haver eleições e já estão a projetar o futuro.-----

Disse não saber se mais alguém constatou, mas estão previstas nas Grandes Opções do Plano algumas verbas, como por exemplo, beneficiação das Piscinas, que têm duzentos e vinte e cinco mil euros e no resumo têm vinte e cinco mil euros.-----

A terminar perguntou ao Senhor Vice-Presidente e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga, quando é que o Orçamento traz prevista uma verba destinada a beneficiar os passeios e os espaços verdes do Bairro do Morro. Expôs que as quarenta e seis pessoas que lá moram pagam IMI, tal como o resto da Mêda.-----

O Senhor Vice-Presidente no uso da palavra para responder aos Senhores Deputados, explicou que de facto a rubrica “criação de emprego e abandono escolar” está a zero, porque são verbas que estão pendentes de candidaturas que são feitas através da CIM ao Programa2020 e ainda não existe regulamento e tão pouco abriram as candidaturas. Esclareceu, que quando abrirem as candidaturas, o valor será retificado.-----

Ainda sobre este assunto, convidou os Senhores Deputados, a analisarem o Orçamento, onde podem verificar que existem duas colunas, uma referente ao financiamento

João
Sequeira

Guilherme
Silva

definido e a outra ao não definido e o total é a soma do definido com o não definido.---
Ao Senhor Deputado João Zeferino respondeu, que relativamente à área de acolhimento empresarial, tinham a ideia de fazer o lançamento da obra, mas infelizmente não foi possível, uma vez que não houve financiamento.-----

Explicou, que apenas existem verbas, para áreas de acolhimento empresarial já existentes ou que pretendam avançar com o melhoramento e com a sua recuperação.-
Deu a razão ao Senhor Deputado Quanto às fossas sépticas, convidando-o a verificar o Orçamento, onde estão orçamentados quarenta mil euros, para a recuperação das fossas sépticas na cidade de Mêda.-----

Dirigiu-se ao Senhor Deputado João Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso, dizendo-lhe, que tal como o Senhor Presidente lhe transmitiu, numa reunião que tiveram, não iria estar espelhado no Orçamento, Junta a Junta, uma vez que o “bolo” é global, mostrou-se admirado com a questão do Senhor Presidente de Junta.-----

Sobre a dívida respondeu ao Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino, que a dívida é uma herança dos anteriores Executivos, logo, é natural, que esteja orçamentada a rubrica de juros que têm que pagar relativamente ao empréstimo que está em curso.---
Explicou que a interligação dos edifícios tem a ver com a modernização administrativa, a qual irá ser financiada através de um projeto. Elucidou que o objetivo é a eficiência dos serviços através da interligação de comunicações, tanto internet como comunicações de voz, o chamado “voip”, o que irá permitir ganhos de custos de comunicações de internet.-----

Respondeu à Senhora Deputada Lucinda que no ano passado não foi possível implementarem o Orçamento Participativo, mas este ano já será implementado, tanto mais, que já se encontra vertido em Orçamento, uma verba de cinquenta mil euros.-----

Sobre este assunto fez um convite a todos os líderes de bancada para marcarem uma reunião com o objetivo, de também eles darem o seu contributo, para que no ano de dois mil e dezasseis o Orçamento Participativo possa ser uma realidade. Informou que o Orçamento Participativo está naquele momento em discussão pública por um período de trinta dias.-----

Relativamente à mensagem do Senhor Presidente no Orçamento disse que não se iria pronunciar, até porque não sabe o que se passou.-----

Explicou que as receitas são inferiores às do ano anterior, porque no ano passado estava incluído o *overbooking*. Este ano não têm o *overbooking*, logo as receitas tributadas são inferiores às do ano passado.-----

Pedi aos Senhores Deputados para verificarem que as receitas correntes continuam a financiar as despesas de capital. Evidenciou que é uma situação que está a acontecer apenas a partir do início daquele mandato, asseverando que estão com um nível orçamental de acordo com o que lhes é exigido.-----

Referiu que não faltam incubadoras de empresas. Apesar de estarem previstas em orçamento, encontram-se pendentes do Programa Portugal2020, pelo que ainda não têm rubrica.-----

Alves
Maria
Silva

Disse que a rubrica referente às I.P.S.S. é uma rubrica, que ainda está em genérica.-----
Sobre o PDM, transmitiu que talvez pudessem mudar o nome, mas não é possível porque o mesmo decorre da própria lei, garantindo que será alterado no ano de dois mil e dezasseis. Destacou que é a primeira revisão do PDM.-----

O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) aludiu à intervenção do Senhor Vice-Presidente quando se referiu à internet, questionando se na perspetiva do Senhor Vice-Presidente é para abranger todas as freguesias do Concelho ou só aquela que é maior, neste caso a Mêda.-----

Evidenciou um outro assunto, sobre o qual já teve oportunidade de falar, mas aproveitava, dado que estão a falar sobre esquemas informáticos, se não será possível a Câmara pressionar o órgão responsável pela Televisão Digital Terrestre para que esta chegue em condições a todas as casas do Concelho. Expôs que todos sabem que a grande distração da grande maioria dos cidadãos, das mais variadas freguesias, é ver um pouco de televisão e não a conseguem ver, porque também não têm possibilidades económicas para suportar despesas com antenas particulares.-----

Finalizou dizendo que este assunto parece-lhe ser muito importante e é um aspeto fundamental nas questões sociais a resolver no Concelho.-----

O Senhor Vice-Presidente disse que talvez não tenha sido explícito, mas quando se referiu à internet, não disse que seria internet grátis para todos, esclarecendo que são os serviços da Câmara que vão passar a estar interligados em termos de comunicações. Sobre a questão da Televisão Digital Terrestre disse, que deveria ter sido colocada no Período de Antes da Ordem do Dia, mas de qualquer das formas, tomou nota da preocupação do Senhor Deputado.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, questionou, que uma vez que vai ser investido dinheiro na interligação dos edifícios públicos, porque não a disponibilização do serviço *wireless* para a população.-----

O Senhor Deputado Municipal João Zeferino (PSD) dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente indagando, se é irrevogável que não há financiamento para novas áreas empresariais e que a compra que aquele Executivo fez é dinheiro que vai ser deitado para o lixo.-----
Disse que não pode concordar com aquele Orçamento.-----

O Senhor Vice-Presidente respondeu ao Senhor Deputado que a informação que têm da CCDD-C é de que, não irá haver financiamento para novas áreas de acolhimento empresarial, irá haver financiamento sim, mas para remodelação e reparação de áreas de acolhimento empresariais existentes. -----

Disse que ao contrário, do que o Senhor Deputado referiu, não adquiriram o terreno, esclarecendo que, de facto, iam adquirir um terreno para construção da área de acolhimento empresarial, mas não foi feita a escritura.-----

O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta N.º 63/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por Maioria e por minuta** com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; PPM; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND; com os **votos contra** de três (3) Deputados

Handwritten signature and name:
Lucinda Saldanha
Silva

Municipais do CDS/PP (Fernando Jesus, Hermínio Albino e Luís Saraiva); um (1) Deputado Municipal do PSD (João António Zeferino); um (1) Deputado Municipal do PPM (Lucinda Saldanha) e a **abstenção** de um (1) Deputado Municipal do PSD (Marcelino Piçarra).-----

Não participou na votação o Senhor Deputado Municipal António Prata devido a ausência momentânea.-----

A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Eu votei contra porque este Orçamento e as Grandes Opções do Plano continuam a ser exatamente iguais às do ano anterior.-----

Continuo a manter a minha opinião, que já tinha nos anos anteriores, tira-se de um lado, consegue-se um bocadinho mais para os outros.-----

Não vejo projetos inovadores para desenvolver o Concelho, nem fixar jovens e este Concelho está a ficar idoso e precisamos de jovens e nada é feito.-----

Nas Grandes Opções do Plano para a fixação ou criação do próprio emprego até são zero euros.-----

Por isso continuo a manter a minha declaração de voto e o meu voto em relação aos anos anteriores.”-----

Passaram de seguida ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO 3 – APRECIAR E APROVAR A PROPOSTA N.º 59/2015 – MAPA DE PESSOAL, a

qual se anexa à presente ata como anexo n.º 2 e dela faz parte integrante.-----

O Senhor Vice-Presidente no uso da palavra para apresentar a proposta disse que aquela é a proposta de Mapa de Pessoal do Executivo para o ano de dois mil e dezasseis.-

A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) disse ter verificado naquele Mapa de Pessoal, mais um funcionário em relação ao ano anterior. De cento e setenta passou funcionários, passou para cento e setenta e um, salientado que não estão contabilizados os estágios do PEPAL, nem os POC’S.-----

Referiu que saíram alguns assistentes operacionais e entraram assistentes técnicos e como é óbvio os vencimentos e as funções, evidentemente que não são iguais.-----

Colocou uma série de questões, designadamente, porque é que foi criado um lugar de coordenador técnico; para quem são aqueles lugares; quanto vão ganhar e quantos funcionários são necessários para ser nomeado um coordenador técnico.-----

Perguntou porque é que a Divisão Administrativa-Financeira e Obras tem Chefe de Divisão e a Divisão Educativa Sócio-Cultural continua sem Chefe de Divisão. Gostava de saber porque é que há dois pesos e duas medidas ou será que o Senhor Presidente está a desvalorizar a educação ou não precisa de Chefe de Divisão, reiterou porquê.-----

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) disse que tal como já referiram anteriormente são a favor do espaço do cidadão, porém consideram ser um presente envenenado. -----

Referiu que são três anos durante os quais o pagamento do pessoal não entra para o endividamento do Município, pedindo ao Senhor Vice-Presidente para depois lhe dizer o que irá fazer, ao que respondeu que não irá responder nada, porque daqui a três anos

já não estão no Executivo, mas deixam a “batata quente” para outros.-----
Interrogou se é acrescentado mais algum serviço, quis saber qual.-----
Acentuou que mais uma vez, é a história da criação de expetativas sem futuro.
Aprofundou que aquele caso que tanta polémica originou na penúltima Assembleia
Municipal, em que é que resultou, o lugar não foi para a pessoa que, na altura, referiu,
mas para outra, também muito próxima do poder político instalado.-----
Perguntou ao Senhor Vice-Presidente se aquilo é democrático, proclamando que o povo
agradece e saberá castigá-los nas urnas, quando chegar o momento.-----
Ainda sobre este assunto expôs, que foi criado mais um lugar de tesoureiro, agora para
“deitar areia para os olhos” das pessoas. O lugar fica criado e no futuro é mais uma
pessoa que entra.-----
Por tudo isto e não é pouco votamos contra.-----
O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) disse que no fundo o Mapa de
Pessoal é um documento que emana da lei. Acha que se o Executivo tivesse sido assim
tão específico no orçamento, como foi ali, tinham tido mais discussão no Orçamento e
talvez menos ali.-----
Questionou porque é que na tesouraria em três funcionários dois são coordenadores.
Sublinhou, que naturalmente, é algo que chama a atenção, pelo que gostaria de ouvir
uma explicação.-----
O Senhor Vice-Presidente introduziu que a questão do coordenador técnico é uma
questão transversal a todas as bancadas, respondendo à Senhora Deputada Lucinda
Saldanha que não sabe qual é o vencimento de um coordenador técnico, mas a Senhora
Deputada pode chegar aos serviços e rapidamente lhe darão essa informação.-----
Explicou que o lugar que foi criado de coordenador técnico, tem a ver com o Senhor
Chefe de Gabinete, o qual se encontra em comissão de serviço, é tesoureiro e caso
queira regressar ao lugar de origem, neste momento não seria possível, porque o lugar
está ocupado.-----
Disse aos Senhores Deputados para estarem descansados que o lugar não é para meter
ninguém, mas caso seja isso, o assunto terá que ir sempre à Assembleia, por isso os
Senhores Deputados terão sempre a oportunidade de votar favoravelmente ou contra
aquela situação.-----
O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de
seguida submeteu à votação a **Proposta N.º 59/2015**, tendo a Assembleia deliberado
aprovar por Maioria e por minuta com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; PPM; PSD;
quatro (4) Deputados Municipais IND; com os **votos contra** de três (3) Deputados
Municipais do CDS/PP (Fernando Jesus, Hermínio Albino e Luís Saraiva); e a **abstenção**
de um (1) Deputado Municipal do PPM (Lucinda Saldanha).-----
Não participou na votação o Senhor Deputado Municipal António Prata devido a
ausência momentânea. -----
O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) fez a seguinte declaração de
voto: -----
“Concordamos com a empregabilidade das pessoas mas em lugares com futuro e não

Handwritten signature and name:
Susana Silva

Susana
Silva

em empregos provisórios e com viabilidade duvidosa, pelo que votamos contra.”-----

PONTO 4 – PARA CONHECIMENTO O RELATÓRIO DE CONTAS DO 1º SEMESTRE DE 2015, o qual se anexa à presente ata como anexo n.º 3 e dela faz parte integrante.-----

O Senhor Vice-Presidente no uso da palavra para apresentar o relatório informou que é o relatório de contas orçamental do primeiro semestre de dois mil e quinze. Disse ser um documento técnico que espelha a posição contabilística da Câmara em junho de dois mil e quinze.-----

O Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus (CDS/PP) expôs que numa das rubricas surge um gasto de setenta mil euros, nomeadamente, em estudos, pareceres, projetos e consultadoria. Gostava de saber, especificamente, quais foram esses estudos, projetos e consultorias e o que é que já foi aplicado.-----

Mostrou-se pensativo relativamente a uma outra rubrica, designada de “Outros Trabalhos Especializados” onde constam gastos no valor de quinhentos e setenta e três mil euros, não conseguindo ver nas restantes folhas a que é que aquilo se refere.-----

Revelou que a trinta de junho, a dívida do Município, era de sete milhões duzentos e vinte e oito euros e treze cêntimos. -----

Mostrou-se preocupado com o facto de, no primeiro semestre de dois mil e catorze, a dívida total por habitante, é de mil trezentos e quarenta e quatro euros. No primeiro semestre de dois mil e quinze, é de mil quatrocentos e doze euros, dizendo num aparte que não vale a pena nascer na Mêda, porque já nascemos endividados.-----

Introduziu um outro ponto, o qual gostaria que o Senhor Vice-Presidente lhe respondesse naquele momento, que é o parecer do ROC. Refere que os fundos do FEDER ainda não foram recebidos até aquela data. Indagou se já foram recebidos e se efetivamente já estão do lado de cá ou se não vêm.-----

A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) proclamou que apesar de tardias, finalmente apareceram as contas do primeiro semestre. -----

Partilhou que o POCAL estabelece obrigatoriamente a aplicação de três sistemas contabilísticos, designadamente o orçamental, patrimonial e de custos. Revelou que o Município de Mêda continua a não ter contabilidade de custos apropriados, pelo que gostaria de saber o porquê.-----

Chamou a atenção para as receitas, que naquele semestre foram inferiores em dez por cento, ou seja, menos quatrocentos e setenta e dois mil euros, comparativamente ao primeiro semestre de dois mil e catorze, revelando que é um desvio de vinte e nove por cento.-----

Destacou que a maior despesa continua a ser com o pessoal, a qual perfaz um total de quarenta e dois e meio por cento do Orçamento. Aumentou em relação a trinta e um de dezembro de dois mil e catorze que era de trinta e oito vírgula noventa e oito por cento.-

Disse ao Senhor Deputado Fernando Jesus, que a dívida por habitante está a aumentar, explicando que em trinta e um de junho de dois mil e catorze, era de mil trezentos e quarenta e quatro euros, em trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, era já de mil trezentos e oitenta e um euro e no primeiro semestre de dois mil e quinze é de mil quatrocentos e doze euros, frisando que está a aumentar.-----

*Aluísio
Mendes
Susana
Silva*

Declarou que as Freguesias, relativamente àquele primeiro semestre, têm razões para estar contentes, pois consta da rubrica zero dois ponto zero quatro que já foi executada zero vírgula duzentos e setenta e cinco por cento. Tal como algumas I.P.S.S., onde a execução também foi de noventa e seis vírgula cinquenta e cinco por cento, referindo num à parte, algumas, porque outras ainda não viram um euro do Município.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) disse que algumas questões já foram colocadas, mas gostaria de referir que o PSD tomou conhecimento das contas do primeiro semestre.-----

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) começou por falar sobre dívida. Disse que no ano passado o Executivo transmitiu que, a mesma era de cinco milhões de euros, mas o Jornal "O Interior" escreve que é de sete milhões e meio de euros e claro, a dívida *per capita*, já ali referida é das maiores.-----

Aprofundou que a dívida *per capita* é das maiores devido a dois fatores muito simples de explicar. O endividamento aumenta, as pessoas diminuem, o endividamento a dividir pelas pessoas cada vez há mais dívida *per capita*. -----

Aludiu à intervenção do Senhor Vice-Presidente quando referiu que aquele Executivo está a pagar o endividamento dos Executivos anteriores ou do Executivo anterior, dizendo que não é bem assim. Afirmou que também este Executivo tem aumentado o endividamento, salientando que o Jornal certamente obteve aqueles dados em fontes oficiais, como tal questionou o Senhor Vice-Presidente sobre o que é que lhe apraz dizer àquela Assembleia relativamente àquele assunto.-----

O Senhor Vice-Presidente disse que as questões colocadas pelos Senhores Deputados são transversais a todas as intervenções, pelo que passou a explicar que relativamente à dívida a trinta de junho é verdade que aumentou e admitem que aumentou, mas pediu aos Senhores Deputados para não se esquecerem de uma questão importante, que é o facto de estarem, na altura, a decorrer obras, tendo o relatório refletido essas mesmas obras.-----

Esclareceu que a dívida, relativamente a fornecimentos de terceiros, aumentou, revelando que outro fator que fez aumentar a dívida, tal como toda a gente saberá, foi o Fundo de Apoio Municipal, esclarecendo que foi um presente que receberam do anterior Governo, em que todos os Municípios têm que participar na ajuda a outros Municípios. Partilhou que no caso da Mêda, têm que entregar ao FAM cerca de quatrocentos e poucos mil euros, sublinhando que, àquela data, já entregaram vinte e cinco mil euros. Acrescentou que anualmente têm que entregar cinquenta e sete mil euros.-----

Apontou que o mais engraçado daquela situação é que, aquele dinheiro é contabilizado como dívida do Município, ou seja logo ali a dívida aumentou trezentos e quarenta e cinco mil euros.-----

Quanto ao Jornal "O Interior" explicou, que o Executivo fala em dívida efetiva, enquanto o Jornal utiliza um conceito, designado de passivo exigível, assumindo que, realmente o passivo exigível do Município são sete milhões e meio de euros. Frisou e esclareceu que o passivo exigível entra em linha de conta com as situações do FAM e de todas as

Alves
Me
Silva

situações que acabou de referir, o que não é efetivamente a dívida que a Câmara tem.-
Asseverou que a dívida, que a Câmara tem a fornecedores e à banca, essencialmente à
banca encontra-se abaixo dos seis milhões de euros.-----

O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, a Assembleia tomou
conhecimento do Relatório de Contas do 1º Semestre de 2015.-----

**PONTO 5 - APRECIAR E APROVAR A PROPOSTA N.º 71/2015 – REGULAMENTO DE
TAXAS, PREÇOS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE MÊDA E RESPECTIVO ANEXO –
TABELA DE TAXAS;**-----

O Senhor Vice-Presidente no uso da palavra para apresentar a Proposta explicou que é
a atualização do Regulamento de Taxas face a alterações legais, nomeadamente na
parte do Urbanismo.-----

O Senhor Presidente dado que ninguém desejara intervir, submeteu à votação a
Proposta N.º 71/2015, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por Unanimidade e por
minuta com os votos a favor** do PS; CDS/PP; PPM; PSD; quatro (4) Deputados Municipais
IND;-----

Não participou na votação a Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha devido a
ausência momentânea. -----

**PONTO 6 – APRECIAR E APROVAR A PROPOSTA N.º 73/2015 – REGULAMENTO DE
UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE MÊDA;**-----

O Senhor Vice-Presidente no uso da palavra para apresentar a Proposta disse ser a
atualização do regulamento do estádio de Futebol. Informou que a Proposta já esteve
em consulta pública.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) disse ter uma dúvida pontual. Expôs
que ao analisar o Regulamento verificou que se encontra omissa uma parte, ou pelo
menos não percebeu, que é a cedência do estádio para uso do Sporting Clube de Mêda.-
Disse colocar aquela questão por ter conhecimento de que se encontra aberta uma
oportunidade de candidatura para melhorias nos estádios. Aprofundou que nos casos
onde existem protocolos de utilização, os clubes podem fazer a candidatura em
conjunto com os Municípios.-----

Disse saber que o Executivo tem conhecimento daquela situação, perguntando se a
mesma estava contemplada no Regulamento.-----

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) disse que relativamente
àquele ponto e até pelas informações de que dispõem, acha bem que exista aquele
Regulamento, até para melhorar a gestão de utilização do estádio, já que lhe parece que
há uma desorganização total. Revelando que há muita gente com chaves.-----
Finalizou dizendo que aquela situação levanta a questão das responsabilidades e do seu
apuramento quando algo corre mal.-----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) partilhou com aquela Assembleia,
uma situação que acontece em outros locais, mas que também pode acontecer na
Mêda, talvez numa dimensão mais pequena, mas pode, que é a questão de titularidade.-
Interrogou se a titularidade é exclusiva ao Sporting Clube de Mêda ou se de facto quem
manda é o Município. -----

Alcides Rebelo
Susana Silva

O Senhor Vice-Presidente informou que o estádio municipal é propriedade do Município, mas existe um protocolo de utilização do espaço, assinado entre o Município e o Sporting Clube de Mêda.-----

Esclareceu que qualquer associação, qualquer pessoa pode requisitar o estádio municipal à Câmara Municipal de Mêda.-----

O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta N.º 73/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por Unanimidade e por minuta com os votos a favor** do PS; CDS/PP; PPM; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND;-----

PONTO 7 - APRECIAR E APROVAR A PROPOSTA N.º 72/2015 – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE MÊDA;-----

O Senhor Vice-Presidente no uso da palavra para apresentar a proposta, esclareceu que é a proposta do Executivo relativamente à Área de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico de Mêda. Explicou que se designa centro histórico porque a candidatura só previa financiamento para os centros históricos e zonas ribeirinhas.-----

Contou que tentaram alargar mais a zona delimitada, para que não ficasse somente em termos do centro histórico.-----

Informou ainda que aquela proposta visa também a questão dos benefícios fiscais para quem queira reabilitar algum espaço. Prevê a redução de IMI. Na parte das obras o IVA é reduzido de vinte e três por cento para seis por cento, no que diz respeito à mão de obra. Existe ainda uma redução de cinquenta por cento nas taxas de licenciamento.-----

A terminar explicou que também pretende com aquela regeneração urbana incluir edifícios do próprio Município.-----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) disse que iria ser muito sucinto, mas parece-lhe uma ótima medida. -----

Declarou que lhe parece bem que tenham alargado a malha, ou seja, não abranger apenas a parte histórica, nomeadamente o castelo, lembrando que existem uma série de edifícios públicos que estão degradados e que com aquele alargamento podem ser contemplados.-----

Questionou, se talvez num segundo passo, seria possível envolver algumas Freguesias, designadamente aquelas que têm um grande valor patrimonial e histórico.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) disse não querer ser repetitivo mas a sua questão vai no sentido da questão colocada pelo Senhor Deputado Cláudio Rebelo.-----

Recordou que já há dois anos, aquele assunto é uma reivindicação da bancada do PSD. E já há dois anos que também chamam a atenção da existência de verbas para os centros históricos.-----

Contou, que esteve recentemente presente numa sessão onde teve a oportunidade de confrontar o Presidente da IUR o qual lhe explicou, que os Municípios podem fazer as candidaturas às Freguesias, porém com a perda do benefício no IMI, etc.-----

Indagou porque é que um Município, com aldeias tão bonitas, com casas fantásticas e que poderiam ser reabilitadas, a Câmara não dá esse passo.-----

Alves
Mendes
Gusmano
Silva

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) disse querer apenas reforçar as intervenções dos seus antecessores, dizendo que de facto existem reduções de IMI, naquele núcleo, mas depois os outros é que “pagam as favas”.

Relativamente às aldeias, disse recordar-lhe o poema da “Neve”, de Augusto Gil “E as crianças Senhor” ali é Senhor Vice-Presidente “E as aldeias e as aldeias”. Pediu por favor, para olharem pelas aldeias.

O Senhor Deputado Municipal Olímpio Pedro (MBU) Presidente da Junta de Freguesia da Barreira cumprimentou os presentes, disse que a sua intervenção ia no sentido do que foi dito anteriormente.

Salientou que, de facto, mais que a Sede de Concelho, as aldeias estão abandonadas. Contou que foram abandonadas porque as pessoas emigraram e porque outras vieram para a Sede do Concelho.

Expressou que de facto existem aldeias lindíssimas no Concelho, sublinhando que em termos de aldeias fantásticas somos uns privilegiados.

Acha que são ótimas medidas, mas devem ser alargadas ao Concelho todo.

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) disse querer fazer apenas uma pequena ressalva. Entende que a zona histórica da Mêda precisa essencialmente não de recuperar as casas, mas de outras duas coisas, nomeadamente, a eletrificação sob o solo à semelhança do que se faz nos centros históricos do País. Uma outra sugestão que queria deixar é que, junto à Igreja Matriz, fossem colocados contentores debaixo do solo.

Por último disse não saber se será possível, mas ficaria bem colocarem, também junto à Igreja Matriz umas casas de banho públicas.

O Senhor Vice-Presidente explicou que relativamente às Freguesias, ainda não avançaram porque a ARU’S do Concelho da Mêda está a ser elaborada pela CIM.

Disse que a CIM fez uma candidatura para essa elaboração, mas apenas existe financiamento para os centros históricos das Sedes de Concelho, não sendo aceite fora da Sede do Concelho, porém isso não invalidada que não façam as ARU’S para as Freguesias. Frisou que aquela questão não está esquecida.

Quanto à intervenção junto à Igreja Matriz, sugerida pelo Senhor Deputado Cláudio Rebelo, disse estar prevista a eletrificação e a recolha de resíduos.

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) disse não ter percebido a parte de não haver financiamento, interrogando para o quê. Para fazer as candidaturas ou depois de haver centros históricos, as pessoas não podem fazer as candidaturas. Indagando o que é que está a acontecer.

O Senhor Vice-Presidente respondeu ao Senhor Deputado Filipe Rebelo que se referiu em termos de financiamento 2020, ou seja só irá haver financiamento para os centros históricos para o Município.

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) novamente no uso da palavra questionou se o Senhor Vice-Presidente está a querer dizer que as aldeias que não têm centros históricos, as pessoas não podem fazer candidaturas.

O Senhor Vice-Presidente retorquiu que em termos particulares podem.

Handwritten signature

Susana Silva

O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta N.º 72/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por Maioria e por minuta com os votos a favor** do PS; CDS/PP; PPM; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND e a abstenção de um (1) Deputado Municipal do PS (Luís Almeida);-----

O Senhor Presidente fez a seguinte declaração de voto:-----

“Acho que há aqui uma discrepância, embora o Senhor Vice-Presidente tenha dito que isto é através de uma proposta vinda da CIM, etc, etc., acho que há aqui uma discrepância muito grande entre as aldeias e a cidade.-----

Por outro lado vê-se aqui uma série de benesses que vão ser dadas às pessoas da Mêda pela Câmara que está a facilitar quer os privados, que vão concorrer precisamente na zona histórica, que não vão ser dadas ao resto da população.-----

E se todos vivem mal, todos têm direito ao mesmo.-----

Eu acho que este projeto é ótimo, mas abstenho-me por esse motivo.”-----

PONTO 8 – APRECIAR E APROVAR A PROPOSTA N.º 74/2015 - REGIME EXTRAORDINÁRIO DA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE) – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL; -----

Nos termos do número quatro do artigo trigésimo primeiro do Código do Procedimento Administrativo conjugado com o número seis do artigo quinquagésimo quarto do Regimento da Assembleia Municipal de Mêda, ausentaram-se da sala os seguintes Deputados Municipais:-----

Olímpio Filipe Martins Pedro (MBU), Presidente da Junta de Freguesia da Barreira;-----

Jorge Miguel Graça Lourenço (APC), Presidente da Junta de Freguesia do Poço do Canto;-----

O Senhor Vice-Presidente informou que em termos de Executivo fizeram a votação daquela proposta na globalidade.-----

Explicou que aquela proposta diz respeito a uma Portaria que permite às pessoas que não têm a possibilidade de fazer a regularização da sua atividade económica, o Município tem a possibilidade de reconhecer o interesse público dessas atividades, para que, posteriormente, os proprietários possam dar início ao processo de legalização.-----

Disse estarem vertidas naquela proposta várias situações, desde adegas, sucatas, etc.--

O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) questionou se ao ser reconhecido o interesse público municipal o mesmo, não irá colidir com o Plano Diretor Municipal.-- Sugeriu que, para que não se levantem problemas a jusante, seria correto, no seu entendimento, definir melhor aquele reconhecimento de interesse público municipal com o objetivo de se poder ultrapassar o que está legislado em termos de PDM.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) partilhou que esteve presente na qualidade de líder de bancada, numa reunião, onde foi explicado pelo Senhor Presidente da Câmara, que aquela proposta dizia respeito a uma prerrogativa da lei. Disse que se abriu uma janela de oportunidade para situações que não estariam bem afinadas.-----

Disse que a Bancada do PSD, como é óbvio, não se iria opor aquela proposta, mas tal como referiu na reunião, acha que todo aquele processo, deveria ter sido feito mais cedo, uma vez que, e como é de seu conhecimento a lei já é de finais de agosto,

Aluis
Mes
Susana
Silva

setembro.-----
Acentuou que não é a Câmara que legaliza, a Câmara apenas dá a possibilidade de os proprietários iniciarem o processo.-----
O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) expôs que o que podem ver naquela proposta é que, há diferentes interesses públicos naqueles projetos, mas está tudo no mesmo “saco”.-----
Pensa que o Executivo quis fazer um brilharete com aquele assunto, mas na opinião do CDS/PP a “montanha pariu um rato”, isto é, o Executivo está a banalizar o conceito de interesse público.-----
Interrogou se os Senhores Presidentes de Junta tiveram conhecimento daquele assunto e se puderam opinar ou sugerir outras empresas.-----
O Senhor Deputado Municipal João Zeferino (PSD) disse que aquela matéria não merecia qualquer controvérsia, mas não podia deixar de chamar a atenção para um aspeto. Disse que estavam ali a definir o interesse público no exercício de uma atividade, atividade que deve trazer benefícios para o Concelho, nesse sentido questionou se a sucata do Senhor José Fernando Martins Pereira tem atividade registada no Concelho de Mêda. Salientou, que se não tem, o Executivo está a dar uma prerrogativa de interesse público, quando é um Concelho limítrofe a beneficiar dessa atividade.-----
A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) aludiu à intervenção do Senhor Deputado Filipe Rebelo quando mencionou que foi chamado à Câmara para estar presente numa reunião. Proclamou que como líder de bancada do PPM, não foi tida nem achada. Recordou àquela Assembleia que, não existem apenas três forças políticas, mas sim quatro.-----
Acha muito bem que as microempresas ou pequenas empresas sejam regularizadas, mas chamou a atenção do Executivo para que, de futuro não haja a construção ou edificação de novas empresas, que não estejam dentro da lei.-----
O Senhor Vice-Presidente respondeu ao Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva que aquela Portaria foi criada precisamente com o objetivo de poder ser decidido contra o PDM, daí estarem a abrir aquele precedente com o reconhecimento de utilidade pública municipal.-----
O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) interrogou se, o reconhecimento ou não do interesse público ficará sempre dentro dos poderes da Câmara.-----
O Senhor Vice-Presidente retorquiu que não. Esclareceu que o respetivo organismo é que terá de fazer o reconhecimento da atividade.-----
Reiterou que a Câmara não fará o licenciamento, apenas abrirá a porta para que os proprietários possam dar início ao processo de licenciamento.-----
Ao Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino disse, que de facto foram convocadas, para essa reunião, todas as Juntas de Freguesia e também os líderes de bancada.-----
Respondeu ao Senhor Deputado João Zeferino que naquele momento não lhe pode garantir a informação, mas tem a ideia de que a sucata tem atividade registada na Mêda.-----
O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de

seguida submeteu à votação a **Proposta N.º 72/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por Unanimidade e por minuta com os votos a favor** do PS; CDS/PP; PPM; PSD; dois (2) Deputados Municipais IND.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) fez a seguinte declaração de voto:--
“Nós não podemos andar na vida política a dizer que queremos gente e que queremos investimento e depois dificultar.”-----

Acho que o Município tem aqui a porta de abertura para arranjar um regime simplificado de legalização de qualquer atividade comercial. Se alguém quer abrir deve encontrar facilidades e não dificuldades.”-----

PONTO 9 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA N.º 66/2015 – EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO “CASTELOS DA RAIJA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MUNICÍPIOS”;-----

O Senhor Vice-Presidente no uso da palavra para apresentar a Proposta, disse que a proposta prende-se com o encerramento da Associação “Castelos da Raia – Associação Cultural de Municípios” a qual já existia há muito tempo, porém encontrava-se inativa.- É uma Associação da qual fazia parte a Mêda, Trancoso, etc., e para se proceder ao seu encerramento, é necessário que cada Município delibere em Assembleia Municipal o seu encerramento.-----

O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) Expôs que e caso não estivesse engando a Associação “Castelos da Raia – Associação Cultural de Municípios” era a entidade que tinha a responsabilidade da Bolsa de Terras, sugerindo que a Câmara veja como é que fica essa situação.-----

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) expressou que ali estava um bom exemplo de uma Associação da qual o Município fazia parte e com a qual pouco ou nada beneficiou, à semelhança de tantas outras das quais faz parte, mas que lamentavelmente nenhuma tem sede na Mêda. -----

Prosseguiu partilhando, que já Trancoso soube aproveitar bem. Foi um sorvedor de dinheiro, enquanto para a Mêda, o resultado foi praticamente nulo, intuindo que o Senhor Vice-Presidente terá os números e esclarecê-los-á.-----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) disse que relativamente àquele assunto, a bancada do PSD nada tem a obstar, uma vez que se trata apenas de uma formalidade.-----

Pegando nas palavras do Senhor Deputado Hermínio Albino recordou, que também já há dois anos que é uma reivindicação do PSD, saber o dinheiro que o Município investe em Associações. Lançou um desafio ao Executivo, para que na próxima Assembleia os informe de quais foram os benefícios que o Concelho teve com a participação nas mais diversas Associações.-----

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) expôs que independentemente de ser discutível se esta é ou não a melhor forma administrativa do nosso País. Entende que as CIM’S, já que existem e uma vez que os Presidente da Câmara fazem parte das mesmas, se não é altura de fazerem um balanço se não existem Associações a mais. Na sua opinião existem, e muitas vezes com interesses subjacentes noutros sítios.-----

O Senhor Vice-Presidente disse não ter mais nada a acrescentar ao que já foi dito pelos

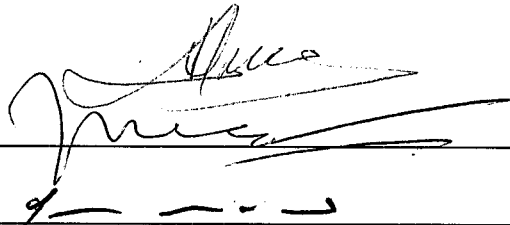
Senhores Deputados, aceitando o desafio que lhe foi feito pelo Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo.-----

Relativamente àquela Associação disse não responder se a Mêda beneficiou ou não, até por que foi a primeira vez que ouviu falar da mesma.-----

O Senhor Presidente dado que mais ninguém desejava intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta N.º 72/2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por Unanimidade e por minuta** com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; PPM; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND.-----

Nada mais havendo a tratar às treze horas e dois minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes na Sessão e por mim, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que secretariei.-----



Susana Maria Borrego Silva

